



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

15 DE DEZEMBRO DE 1976.

DISCURSO PRONUNCIADO POR OCA-
SIAO DO BANQUETE OFERECIDO. NO
ITAMARATY, AO SENHOR MARIO SOA-
RES, PRIMEIRO-MINISTRO DE PORTUGAL.

Senhor Primeiro-Ministro,

Acontecimento significativo nas relações luso-brasileiras é a visita que Vossa Excelência ora nos faz, a primeira que realiza oficialmente a outro país, como Chefe do Governo português.

Sua presença entre nós tem, ademais, relevante valor simbólico. Testemunha a perenidade dos laços que unem brasileiros e portugueses. Atesta a maturidade que alcançaram essas relações. E reconfirma a prioridade que, no relacionamento internacional, deve ser dada sempre ao diálogo, à busca do entendimento e da cooperação.

Referi-me à perenidade dos laços que unem brasileiros e portugueses. Com efeito, são fatos evidentes as raízes comuns de nossos povos, a comunidade de língua e de cultura, o parentesco de nossas respectivas maneiras de ser. Parecidos temos sido, até mesmo, no lirismo com que decantamos, de cada lado do Atlântico, nossas inúmeras semelhanças.

Embora reconhecendo que o sentimentalismo faz parte de nossa comum herança latina e sobretudo ibérica, não creio, porém, que seja, hoje, a mais útil contribuição para o entendimento entre povos e con-

seqüente cooperação entre Governos. Por essa razão, disse também que a visita de Vossa Exce-lência atesta a maturidade que alcançaram as relações luso-brasileiras.

Não desfaço do enorme cabedal de fatos positivos que marcaram essas relações ao longo de todos os anos de nossa história independente. Ao contrário, a continuidade de tais laços e sua notável intimidade repousam no acervo de entendimento e de cooperação acumulado pelas gerações passadas e pelos Governos que nos precederam, quaisquer que hajam sido, durante esse longo passado, as diferenças e assimetrias entre regimes políticos no Brasil e em Portugal.

Por outro lado, os povos, hoje em dia, são mais conscientes de que participam de uma problemática geral, universal, e de que relacionamentos especiais se justificam, sobretudo, num contexto operativo, destinado a atender a interesses nacionais coincidentes ou complementares. Não se coadunam com essa percepção os alinhamentos automáticos de base sentimental. Ao mesmo tempo, nossos respectivos países, ajudados, possivelmente, por essa mais clara percepção do quadro internacional, sentiram a necessidade de buscar soluções cada vez mais adequadas ao desenvolvimento econômico, político e social de seus povos. Também isso, evidentemente, tem e terá reflexos em nossas relações com os outros, inclusive em nosso relacionamento recíproco.

Tais considerações levam-me ao terceiro nível do simbolismo a que aludi no começo.

As relações fundadas em sentimentos resistem aos câmbios que a avaliação ponderada de interesses nacionais determine. Ora, o dever dos governantes é o de interpretar corretamente o que sejam esses interesses e saber defendê-los em nome do povo.

Meu Governo tem tido a convicção de que, no conturbado mundo de hoje, não é possível preservar a paz e garantir o progresso geral se não houver um esforço sincero e determinado, por parte de todos os Governos, para compatibilização de seus interesses nacionais. Tal esforço, evidentemente, só será produtivo na medida em que se realize dentro de parâmetros éticos geralmente aceitos. E desse quadro faz parte o reconhecimento do direito de cada povo de dispor do seu destino, livre de ingerências externas, princípio que teria que ser entendido simultaneamente com o reconhecimento do direito de expressão nacional, autônoma e soberana, aos povos subordinados pelo colonialismo, e o reconhecimento do direito de todos ao progresso político, econômico e social, o que somente será possível num clima universal de entendimento, de diálogo e de cooperação. Temos propugnado por esses ideais nos fóruns multilaterais, onde nos opomos às políticas estereis de confrontação e favorecemos a busca da conciliação. Temos, igualmente, procurado seguir a mesma linha em nossas relações bilaterais com todos os países.

Acredito, Senhor Primeiro-Ministro, que tais pressupostos só podem contribuir para que o diálogo entre os nossos Governos se desenvolva de forma mutuamente benéfica e produtiva. Tanto mais quanto reconhecemos, em muitas das nossas posições, os traços culturais da tolerância ecumênica que são, em nós, uma herança portuguesa.

Somos justamente orgulhosos dessa herança, em tantos sentidos responsável por nossa própria unidade nacional. Dos portugueses aprendemos a confraternização racial responsável por sermos hoje, entre os países mestiços do globo, dos poucos que se podem legitimamente orgulhar de não abrigar preconceitos. E não me refiro apenas aos preconceitos de raça ou de cor mas, também, aos de nacionalidade. A mesma tolerância na miscigenação, estendêmo-la a todos os estrangeiros que demandam nossas terras, a tal ponto que não há descendente de imigrante no Brasil que não se sinta integrado na nacionalidade brasileira. Por essa razão, comentava, há pouco mais de um mês no Clube Ginástico Português do Rio de Janeiro — que então comemorava o seu 108º aniversário — que não se pode falar, propriamente, de colônia portuguesa no Brasil. No caso de portugueses, pode-se mesmo dizer que não são apenas seus filhos aqui nascidos que se sentem brasileiros mas os próprios imigrantes, tal a naturalidade com que são incorporados à nossa vida nacional. Aliás, não tem outro sentido a Convenção, entre nossos países, sobre igualdade de direitos e deveres dos cidadãos, senão o de reco-

nhecer essa realidade, a qual, estou seguro, se verifica, reciprocamente, com relação aos brasileiros em Portugal.

Isso é motivo de genuíno orgulho para nós brasileiros, como acredito que o deva ser, também, para os portugueses.

Quero, nesta ocasião, mencionar a satisfação que me deu poder verificar que esses portugueses aqui radicados e os que para aqui continuam a vir têm mantido a mais correta atitude de respeito às nossas leis, cuidando, em especial, de não transferir para sua terra de adoção o debate de questões internas em seu país de origem. Esse exemplo de auto-restrição e de respeito é por todas as formas digno de elogio e corresponde ao que, no plano governamental, procuramos manter em nossas relações bilaterais.

Senhor Primeiro-Ministro,

O substrato comum de nossas culturas e as coincidências conjunturais de nosso desenvolvimento econômico favorecem a compreensão recíproca entre nossos países e viabilizam um diálogo contínuo e construtivo. Estou certo de que podemos desenvolver esse diálogo e contribuir, assim, para o bem-estar e o progresso de nossos povos. O Brasil não poupará esforços nesse sentido. Para tal estamos convencidos de que não nos faltará o apoio dos sentimentos espontâneos de fraternidade que unem brasileiros e portugueses nem a segurança que deriva

do respeito mútuo que esses mesmos sentimentos determinam.

Peço a todos que ergam suas taças comigo para brindar à saúde do Senhor Presidente da República de Portugal, General Antônio Ramalho Eanes, à felicidade pessoal de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro de Portugal e da Senhora Mário Soares, e ao contínuo fortalecimento dos laços que unem os nossos dois povos.